



**JORNAL  
DE LETRAS,  
ARTES E  
IDEIAS**

# JL

Ano XXI - Número 1336 - De 15 a 28 de dezembro de 2021  
Portugal (Cont.) €3,30 - Quinzenário - Diretor José Carlos de Vasconcelos

**Rita Marnoto**  
A edição princeps  
de *Os Lusíadas*: ponto final  
Ensaio PÁGINAS 16 E 17

**Onésimo Teotónio Almeida**  
Progresso - uma ideia  
em decadência? PÁGINAS 28 E 29

*Corpo e alma do Teatro*

# A DIVINA EUNICE

Nos 93 anos de vida e 80 de palco,  
o percurso artístico e de vida da  
maior atriz portuguesa. Textos de  
Lídia Jorge, Inês Pedrosa, Rui Pina  
Coelho e Vicente Alves do Ó

Reportagem de Maria Leonor  
Nunes, com declarações de Eunice  
e Lídia Munõz. Testemunhos de Ana  
Paula Guimarães, Carlos Avilez,  
Carlos Pimenta, Diogo Infante,  
João Lourenço, João Mota, Rui  
Mendes e Tiago Rodrigues.  
Entrevista com Tiago Durão

PÁGINAS 6 A 14

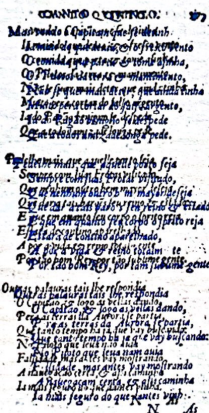
**LEONOR XAVIER  
(1943-2021)**



# Qual é a edição *princeps* de Os Lusíadas. Um ponto final

“Com este artigo, divulgo aqui no JL, em primeira mão, uma síntese dos resultados da pesquisa que dediquei ao problema da edição *princeps* de *Os Lusíadas*,” salienta a autora, profª catedrática da Fac. de Letras da Un. de Coimbra, destacada camonista e como tal comissária para as comemorações nacionais dos 500 anos de Camões. Um texto muito especializado, por isso não de fácil leitura, mas de indiscutível importância científica e que, como se diz em título, resolve ou esclarece em definitivo uma questão muito controversa e debatida ao longo de séculos

RITA MARNOTO



Os Lusíadas Um poema, várias versões

Conhecem-se hoje cerca de quatro dezenas de exemplares de *Os Lusíadas* com a data de 1572, espalhados por diversas bibliotecas de Portugal e do mundo. É o mesmo o registro de data, 1572, de local de edição, Lisboa, e de impressor, António Gonçalves. Contudo, as diferenças que os vários espécimes entre si apresentam são inúmeras e desconcertantes. Nem o texto nem a iconografia se correspondem, em reiteradas variações de livro para livro.

Existiu uma edição com o pelicano para a direita e outra com o pelicano para a esquerda? Ou a xilografia do frontispício partiu-se e foi feita outra para a mesma edição? E qual foi a gravura que se partiu, a que tem o pelicano para a esquerda ou a que tem o pelicano para a direita? Então porque é que ambas continuaram a ser usadas depois de 1572? E porque é que no verso 1.1.7 tanto se lê “E entre gente remota edificáram”, como “Entre gente remota edificáram”, independentemente do espécime apresentar o pelicano voltado para a esquerda ou para a direita? Que valor de identificação e diferenciação têm as duas siglas E/S (exemplares com o verso 1.1.7 E entre/pelicano para a esquerda - Sinistra) e E/D (exemplares com o verso 1.1.7 Entre/pelicano para a direita - Dextra)?

Estas e tantas outras espinhosas questões aguardam respostas definitivas há séculos. Como tal, a identificação da *princeps* de *Os Lusíadas* e, por consequência, da configuração original do texto - símbolo da condição portuguesa, como o diria Eduardo Lourenço, está por acertar.

O PRIMEIRO ESTUDIOSO A ASSINAR as disseminações entre edições foi o incansável Manuel de Faria e

Sousa. Contudo, só em inícios do século XIX o assunto voltou à ordem do dia, com a edição do Morgado de Mateus, de 1817, para de então até hoje continuar a ser intensa e acasamente discutido. As opiniões dividem-se: que houve duas edições com a mesma data, que foram no mínimo três ou quatro e que foi afinal uma só.

Mais recentemente, tem vindo a receber grande aceitação o ponto de vista de Kenneth David Jackson, o lusitanista da Universidade de Yale a quem a disseminação da cultura portuguesa tanto deve. Jackson relaciona a ideia da existência de uma única edição de 1572, tendo publicado, em 2003, um CD no qual reproduziu por imagem 39 exemplares de *Os Lusíadas* de 1572. Assim disponibilizou aos estudiosos de Camões um conjunto de

especímenes não facilmente acessíveis. Além disso, teve em linha de conta ainda mais quatro exemplares e uma edição facsimilada. Em sua opinião, as diferenças devem-se à introdução de alterações nas provas tipográficas.

Para a investigação do problema crítico relativo à *princeps* de *Os Lusíadas*, têm vindo a ser utilizadas metodologias bastante diversas. Contudo, a observação dos exemplares de 1572 que se conhecem mereceu menos atenção do que seria de esperar. Ora, é da sua análise material que podem provir as soluções seguras e rigorosas para a definitiva resolução deste problema, em virtude da objetividade que os sustenta, colocando-as fora de dúvida. Num campo tão fustigado pelos efeitos danifícios que Jorge de Sena designava como o método

olfativo (isto cheira-me a Camões, isto não me cheira - caricaturava Sena), a observação detalhada, de visão, do maior número possível de exemplares de 1572 e da sua configuração material é o caminho que conduz a conclusões inquestionáveis.

A metodologia da bibliografia descritiva e analítica tem vindo a ser aplicada, com resultados irrefragáveis, a várias obras que colocamos, mas também elas, problemas extremamente complexos (Aristoto, Shakespeare, etc.). Mas cada caso é um caso.

Com este artigo, divulgo aqui no JL, em primeira mão, uma síntese dos resultados da pesquisa que dediquei ao problema da edição *princeps* de *Os Lusíadas*, servindo-me dos meios da bibliografia descritiva e analítica. São a base da edição do poema que preparei para o editor Bompliani (acompanhada de tradução), e também da que preparei para o Centre d'Études Portugaises de Genebra, que já publicou quatro volumes da edição crítica da obra de Camões (icp-ge.com/editions-critiques).

RECORDE-SE MUITO RESUMIDAMENTE que, na época da imprensa manual, para cada conjunto de páginas eram montadas formas (geralmente duas) com uma estrutura interior própria, ou seja, o esqueleto - que amarrava o desenho gráfico e os espaços em branco. O texto era composto através da inserção de tipos móveis, um a um, e eventualmente de motivos iconográficos. Para introduzir emendas substituíam-se os tipos

errados, mal metidos ou em falta, sem que de modo algum fosse possível alterar a forma e o seu esqueleto, por motivos físicos ligados à produção. A forma e o seu esqueleto constituíam uma estrutura material que não podia ser modificada.

Jackson entende que as diferenças entre exemplares se devem à sucessiva introdução de emendas na mesma forma, aproveitando os pontos os fios que já tinham sido impressos. Se as formas eram as mesmas, a edição foi uma só. Em seu entender, os primeiros espécimes tinham o pelicano para a direita e no sétimo verso da primeira estância lia-se “Entre gente remota edificáram”. Através da introdução de muitas e muitas emendas nas mesmas formas, ter-se-ia então chegado aos exemplares com o pelicano para a esquerda e com o verso 1.1.7 “Entre gente remota edificáram”.

A mediar uma e outra fase, estender-se-ia uma inventiva de correções in progress, documentadas por aqueles exemplares em que se misturam características de facto muito curiosa. Por isso as siglas E/S e E/D não têm, para Jackson, qualquer razão de ser. É sua ideia que a edição foi uma e apenas uma, porque as siglas foram sempre as mesmas.

O grande sustentáculo desta tese reside no facto que Jackson designa como “os quatro erros universais”, ou seja, as quatro páginas de *Os Lusíadas* onde existem erros comuns a todos os exemplares que se conhecem e todos os que se venham ainda a descobrir. Vejamos pois quais são esses erros.

f. 97r CANTO QUINTO em vez de CANTO SEXTO (cabecinho)  
f. 103r CANTO QUINTO em vez de CANTO SEXTO (cabecinho)  
f. 102r 106 em vez de 110 (foliação)  
f. 102r 102 em vez de 120 (foliação)

Para o lusitanista de Yale, estes são “os pecados que faltavam do quebra-cabeças” que há séculos espera uma solução: se os erros só comuns a todos os exemplares, e porque as formas tipográficas foram as mesmas, e portanto houve uma só edição.

Na base de tal concluído encontram-se porém observações que incidem sobre um erro textual ou métrico comum. Não se tem em conta o

**A metodologia da bibliografia descritiva e analítica tem vindo a ser aplicada, com resultados irrefragáveis, a várias obras que colocavam, também elas, problemas extremamente complexos**





quid da argumentação, ou seja, não se comprova que as formas de que saíram todos os exemplares foram as mesmas. Se as formas tivessem sido as mesmas, o desenho de página e outros aspetos da sua configuração material teriam de ser, necessariamente, os mesmos.

Para a resolução desta questão, os meios digitais fornecem uma ajuda decisiva. Sobrepos o mesmo f. 97r do exemplar Cam-3P da Biblioteca Nacional, com o pelicano para a esquerda, e do exemplar 378C da Biblioteca D. Manuel II da Casa de Bragança, com o pelicano para a direita. Trata-se da primeira página da lista de erros comuns a todos os exemplares, CANTO QVINTO em vez de CANTO SEXTO. A sobreposição toma por referência o início do primeiro verso:

Como se vê, apesar do erro comum, o desenho de página e o texto das estâncias são completamente diferentes. Repeti o procedimento para as outras três páginas (ff. 103r, 110r, 120r): as conclusões diferenciais foram reiteradas. Repeti-o ainda para páginas que apresentam erros comuns verdadeiramente bizarros, como que (f. 177r, 10.98.3) ou profundo (f. 185r, 10.147.8), e para outras. O diferencial físico confirma-se.

Estas conclusões são reiteradas por uma outra característica da produção. Num dos dois conjuntos de formas (pelicano para a esquerda), há três ligaduras que nunca foram usadas: as, sp, us. São porém usadas ao longo de todo o texto produzido pelo outro conjunto de formas (pelicano para a direita):

as is sp

#### ESTAS LIGADURAS SÃO PEÇAS que

unem fisicamente dois caracteres tipográficos. Facilitavam imenso o trabalho do tipógrafo que fazia a composição do texto. O compositor tirava os tipos da caixa onde se encontravam ordenados, um a um, para ir montando as linhas. Em vez de tirar dois tipos da caixa, por duas vezes, descrevia um só movimento. Além disso, as ligaduras davam maior robustez à forma. Se o compositor de uma das edições nunca recorreu a essas ligaduras, é porque não as tinha na sua caixa de tipos. Mas se o outro compositor a elas recorreu, é porque lá se encontravam, obviamente.

Por conseguinte, os compositores trabalharam com caixas de tipos pelo menos parcialmente diferentes.

Por consequência:

1. Comprova-se a existência de duas matrizes disjuntivas, com desenho de página, composição tipográfica, configuração textual e iconografia irreduzíveis, e portanto produzidas a partir de dois conjuntos de formas distintos. Consequentemente, não restam dúvidas de que existem duas edições independentes de *Os Lusíadas* com data de 1572.

Exemplares, cadernos e fólhos foram batidos ou a partir de um conjunto de formas, ou a partir do outro, em regime de exclusão. São muito raros os exemplares que incorporam fólhos com outra origem, como o da Universidade do Texas (ff.

41-42, 47-48) ou o da BNP CamP (frontispício com gravura metálica). Outro caso ainda é o da inserção de reproduções para suprir faltas. É o que acontece com o primeiro caderno do exemplar do Wadham College, de Oxford.

2. Implicitamente, fazendo-se a produção de uma edição em série, as características de cada edição são coerentes entre si e sistémicas. Nesse quadro, o valor identitário das siglas Ee/S e E/D prevalece. Na edição em que se lê "Entre gente remota edificarão" o pelicano está voltado para a esquerda. Na edição em que se lê "Entre gente remota edificaram" o pelicano está voltado para a direita.

3. Não existem estádios tipográficos de transição que possam documentar uma edição em continuidade com introdução de emendas.

4. Os exemplares mistos são interpolados. Passando ao plano dos espécimes individualizados, um considerável número deles pertence, na sua totalidade, ou a uma ou a outra das duas edições. Há no entanto outros em que se misturam fólhos de Ee/S e de E/D. São particularíssimos, pelo que bem se compreende o fascínio que têm vindo a exercer sobre os estudiosos. Não podem ser considerados, porém, como resultado de estádios intermédios de uma correção de provas *in progress*. Os conjuntos de formas são apenas dois. O que se passa é que fólhos de uma e de outra das edições foram interpolados.

Esses exemplares mistos não saíram assim da produção, pois contêm fólhos ou cadernos que provêm de formas diferentes. Resultam de uma interpolação de fólhos ou cadernos que preenchem a uma outra edição, para preencher espaços em falta. O todo foi depois encadernado, daí resultando um espécimen composto. Assim se explica a diversidade da fisionomia dos exemplares mistos.

5. Finalmente: qual das duas edições, Ee/S ou E/D, foi a princesa? A edição Ee/S é a princesa. A análise da materialidade do texto fornece a resposta decisória. O elemento que documenta, de forma limpa, a precedência de Ee/S são as matrizes das capitulares de madeira.

Essas peças eram abertas a canivete com grande facilidade, na própria oficina tipográfica. Cada uma delas é um *unicum*, pelo que possuem um alto valor de identificação bibliográfica. Em *Os Lusíadas* são usadas 11 capitulares, uma no início do alvará e dez em início de canto. Só a do alvará difere entre uma e outra edição. As restantes foram batidas com as mesmas xilografias. Apesar de a capitular I, usada no início do segundo e do sétimo canto, parecer diferente, não o é: em E/D a peça foi inserida de cabeça para baixo. As capitulares xilográficas são extremamente sensíveis ao desgaste, e encontram-se sujeitas a força da prensa. Na edição E/D acusam um grau superior de deterioração.

Por conseguinte, a edição princesa de *Os Lusíadas* é Ee/S. E/D é uma edição imitativa, ou seja, uma contra-faça. ■

PRÊMIO LITERÁRIO  
Fundação C...

12.ª EL

- Distingue obras in...  
autores da lusofon...
- Oferece publicaçã...  
Brasil, distribuiçã...  
da lusofonia e p...  
40.000€
- Júri composto pe...  
Gonçalo M. Tava...  
João Tordo, Brun...  
del Río, Guilherm...  
Piñon

Cand...  
até 31 de

UM PRÊMIO  
PARA A CO...  
DA LITE...  
LÍNGUA I...

Regulame...  
www.premi...